

A GUERRA QUE AINDA NÃO TERMINOU: A POPULAÇÃO DE ORIGEM ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

René E. Gertz*

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul estão relativamente bem estudados.¹ No entanto, estudos sobre o período posterior estão aparecendo apenas num passado mais recente. Isso vale tanto para as relações entre Brasil e Alemanha quanto para aquilo que aconteceu na “colônia alemã” dentro do Brasil.² Logo depois da guerra, o Brasil se fez presente na Alemanha derrotada com uma comissão militar, que, entre outras atribuições, cuidou da repatriação de brasileiros, de alemães que anteriormente haviam estado no país, e mesmo de candidatos a emigrar pela primeira vez. Apesar de que o tema dessas repatriações começou a ser estudado por historiadores brasileiros, a bibliografia a respeito ainda não é extensa.³

Aqui se pretende abordar outra perspectiva, a dos efeitos da guerra sobre a inserção dos cidadãos de origem alemã na sociedade gaúcha, após seu término. A guerra tinha dado origem a muitos conflitos, seja com a sociedade envolvente seja com agentes de Estado brasileiros. Aquilo que aconteceu durante a guerra tinha uma longa história, que se, por um lado, interrompeu tradições de convivência harmônica, por outro, atçou

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: gertz@pucrs.br

¹ Refiro aqui apenas um livro de minha autoria, mais duas teses de doutorado recentes. GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento*. Porto Alegre: UFRGS, 2011 (tese de doutorado em História). MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013 (tese de doutorado em História).

² Algumas informações básicas sobre as relações Brasil/Alemanha podem ser encontradas em BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. Sobre o último período referido por Bandeira, cf. LOHBAUER, Christian. *Brasil – Alemanha 1964-1999: fases de uma parceria*. São Paulo: EDUSP, 2000. Ainda que não específico para o Brasil, uma produção mais recente está em RINKE, Stefan. “O continente ainda inexplorado”: a República Federal Alemã na era Adenauer e a América Latina em um contexto global. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 71-80, 2013.

³ Uma referência clássica é o livro de um integrante dessa comissão: TAVARES, A. de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Emp. Gráfica Delattre, s. d. Além desse livro, cf. FROTSCHER, Méri. Memórias de guerra y del nazismo en dos generaciones de descendientes de alemanes repatriados a Brasil. *Historia, Voces e Memoria*, Buenos Aires, n. 3, p. 49-78, 2011. FROTSCHER, Méri. De alemães no exterior a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 81-96, 2013.

conflitos profundamente enraizados – neste último sentido, basta lembrar a tradição do “perigo alemão”.⁴ Por isso, aquilo que se pretende abordar aqui são alguns poucos aspectos do pressuposto de que a convivência não deve ter-se normalizado da noite para o dia, com o fim do conflito na Europa. Pelo contrário, com avanços e recuos, os efeitos da guerra podem ser sentidos até os dias de hoje. Aqui serão apresentados alguns poucos episódios nessa trajetória, com ênfase na primeira década do pós-guerra. Grosso modo, trata-se, por um lado, de verificar atitudes da população de origem alemã, e, por outro, de caracterizar comportamentos da sociedade envolvente e de agentes de Estado.⁵

Adaptação e articulação

Não há dúvida de que dentro da população de origem alemã do Rio Grande do Sul a parcela mais visada durante a guerra tinha sido a luterana. Congregada em dois Sínodos, o Riograndense e o Missouri, as medidas repressivas haviam atingido, sobretudo, pastores e membros do primeiro.⁶ Esse fato justifica verificar como os luteranos “riograndenses” se comportaram ou como se posicionaram após o restabelecimento da paz. Infelizmente, não temos dados que permitissem verificar comportamentos e posicionamentos da massa dos membros. As fontes se restringem à elite eclesiástica. Mas pode-se partir do pressuposto de que palavras e atos do clero tenham chegado ao conhecimento dos membros e tenham influenciado, ao menos parcialmente, seus posicionamentos e suas atitudes.⁷

Num primeiro Concílio Regional, no pós-guerra, realizado em Panambi, de 9 a 11 de setembro de 1945, o pastor regional, Ernesto Jost, fez uma autocrítica, nos seguintes termos: “se algum bem resultou destes dias de privações [durante a guerra], foi o despertar da nossa consciência evangélica e da compreensão de que a Igreja não é apenas uma questão dos pastores, mas sim a causa comum de todas as comunidades, de

⁴ GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

⁵ O autor, obviamente, tem consciência dos limites dessa proposta nos termos exatos formulados na última frase. Ninguém consegue caracterizar as atitudes ou o comportamento de todos os membros de grandes grupos. Na verdade, o objetivo é mais modesto: caracterizar algumas atitudes e alguns comportamentos representativos.

⁶ Não significa que o Sínodo Missouri tivesse passado incólume pela guerra. Cf. a esse respeito, MARLOW, op. cit.

⁷ GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. V, Edição especial, p. 213-228, 2013. A bibliografia clássica sobre o tema é DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003, p. 219-227. PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 2001.

cada um dos membros”. Esta teria sido uma crítica à vinculação que o Sínodo Riograndense tradicionalmente fazia entre igreja e germanidade, relação que deveria ser abandonada.⁸ Significava, portanto, a tentativa de uma reflexão interna sobre a identidade dessa organização religiosa.

Isso significava também a convicção sobre a necessidade de repensar a inserção política do sínodo e dos luteranos gaúchos na realidade brasileira. A grande liderança do sínodo, desde meados da década de 1930, era o pastor Hermann Dohms. E ele teria decidido que sua igreja deveria articular-se para influir nas eleições que viriam a realizar-se no Brasil, com a queda de Getúlio Vargas, em 1945. Um auxiliar seu teria viajado pelo interior, para convocar os membros das comunidades a votar em candidatos luteranos. O esforço surtiu efeito, pois, dos 55 deputados estaduais gaúchos eleitos em 1947, sete foram luteranos (Guilherme Hildebrand, Nestor Jost, Egydio Michaelsen, Reinaldo Roesch, Frederico Guilherme Schmidt, Bruno Born, Helmuth Closs).⁹

Em parte, a presença da germanidade no discurso e na prática do Sínodo Riograndense, ao longo de toda a sua história, se devia ao fato de que todos os seus pastores eram alemães. Além das dificuldades advindas da derrota alemã na guerra para o envio de novos pastores, a preocupação em eliminar o aparente caráter pouco brasileiro do sínodo levou à criação de uma Escola de Teologia autóctone, em 1946. A seguir, foi criada uma revista intitulada *Estudos Teológicos*, na qual foram publicados vários artigos que denotam a preocupação para clarear e reformular as relações entre a comunidade luterana e o Estado e a sociedade brasileiros. Mesmo que publicados em alemão – pois seus autores eram pastores alemães –, nos títulos transparece seu objetivo: “O tema política” (Rudolf Becker), “Estado, sociedade e igreja no século XX” (Erich Fülling), “Que a igreja, na concretização de sua mensagem, tem a dizer ao Estado?” (Gustav Reusch).¹⁰

⁸ BEHS, Edelberto. *O processo de abasileiramento da “Igreja dos alemães”*. Florianópolis: UFSC, 2001 (dissertação de mestrado em História), p. 104. A obra clássica que trata desse tema é DREHER, *Igreja e germanidade*. A palavra “germanidade” é a tradução para a palavra alemã “*Deutschum*”, e significa tanto a população de origem alemã, sua cultura, quanto uma ideologia que defendia a preservação e o fomento das características étnico-culturais dessa população.

⁹ DREHER, Martin N. Luteranismo e participação política. In: DREHER, Martin N. (org.). *Reflexões em torno de Lutero* (vol. II). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, p. 121-132.

¹⁰ BECKER, R. Zum Thema Kirche und Politik. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 2, p. 41-59, 1948. FÜLLING, Erich. Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 2, p. 91-96, 1949. REUSCH, Gustav. Was hat die Kirche in Ausrichtung ihrer Botschaft dem Staat zu sagen? *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 1, p. 4-19, 1951.

O primeiro desses artigos apresenta sugestões concretas sobre a forma em que os luteranos deveriam atuar frente à política brasileira: “Melhor é apoiar e exercer influência sobre representantes evangélicos de todos os partidos, a fim de que defendam nos parlamentos os interesses evangélicos”. Essa prática não representaria uma solução ideal, pois seria possível notar que militantes partidários católicos se empenham muito mais pela sua igreja, enquanto os evangélicos, muitas vezes, se empenhariam pouco, pois manteriam vínculos frágeis ou até inexistentes com a instituição eclesiástica. “Mesmo assim, apresenta-se aqui uma possibilidade de ao menos exercer, através de deputados e políticos evangélicos, alguma influência sobre a elaboração das leis do país, e sobre o curso geral da política”. A seguir, esclareceu quais seriam os interesses que os evangélicos gostariam de ver defendidos: “O interesse básico que nós evangélicos temos em relação à legislação dentro de países católicos é a garantia da liberdade religiosa, não só no texto da Constituição, mas também na prática política” (p. 56-57).

Mais adiante, o autor ainda referiu como o comportamento de agora em diante deveria diferenciar-se daquele do passado: “Não podemos isolar-nos e levar uma vida *sui generis*, como ‘marginais’, dentro da sociedade brasileira, como fazíamos antigamente, quando, no interesse da preservação do caráter alemão de nossa igreja, não mantínhamos nenhum contato com o mundo oficial brasileiro: partidos, políticos, círculos governamentais” (p. 57).

Também há indícios de que se fez um esforço para uma aproximação pessoal, cotidiana com autoridades brasileiras. A *Folha Dominical*, um jornal eclesiástico que se publicava desde o final do século XIX, em sua edição de 21 de setembro de 1947 (p. 1) noticiou a “festa da cumieira” dos edifícios em construção referentes ao projeto de ampliação do Colégio Sinodal, em São Leopoldo. Tratando-se não da inauguração, mas apenas da marcação de uma etapa da construção, não deixa de ser significativo que o governador do estado, Walter Jobim, e sua esposa estivessem presentes, mais parte de seu secretariado: “viam-se ainda diversos deputados, membros das nossas comunidades, e pertencentes a diversas orientações políticas”. Ao meio-dia, foi servido um churrasco, ocasião em que o governador foi saudado pelo advogado luterano Arthur Ebling. Também falaram o deputado Nestor Jost (luterano) e o secretário de Estado Gastão Englert (católico). Na sua fala final, Walter Jobim destacou que era a segunda visita que fazia ao Colégio Sinodal. Esta última informação do governador reflete um esforço aparentemente intenso de aproximação com as mais altas autoridades estaduais. Tudo isso são sinais do esforço para que o Sínodo Riograndense e os próprios luteranos a ele

filiados deixassem de ser vistos como “marginais”, dentro da sociedade brasileira, como escreveu o pastor Rudolf Becker, no citado artigo.

Ao mesmo tempo, fez-se um esforço para aproximar e congregar os vários sínodos luteranos que existiam em outros estados brasileiros. Disso resultou a criação de uma Federação Sinodal, em 1949, sobre a qual o referido pastor Dohms disse o seguinte:

entende-se como Igreja de Jesus Cristo no Brasil (...), tem aqui sua pátria e seu campo de ação. Constitui-se aqui como entidade jurídica e administrativa (...) em plena autonomia e concordância com a legislação brasileira. Tem a sua vida aqui no povo e no Estado brasileiros, com cujo destino se acha entrelaçado com seus membros. Procura com todo seu serviço o bem desta terra e do seu povo.¹¹

Além dos casos de adaptação – aqui exemplificada pelas lideranças luteranas do Sínodo Riograndense –, houve também aquilo que se pode classificar como articulação, com a finalidade de melhorar a imagem desgastada da população e reverter essa situação, para o futuro. Uma indicação sobre a forma em que isso se deu já foi apontada, isto é, tentando eleger deputados e buscando aproximações com outras autoridades. Nesse sentido, não foram eleitos apenas deputados luteranos representativos da “colônia alemã”, mas também católicos. E uma leitura dos anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, nos anos posteriores à guerra, mostra que eles promoveram debates frequentes, tanto sobre os excessos praticados por agentes de Estado quanto sobre a importância socioeconômica da “colônia” e de sua população, bem como sobre sua lealdade ao Brasil.¹²

Mesmo que de forma tímida, já em 1947 um deputado de origem alemã pronunciou um discurso na Assembleia Legislativa rememorando o 25 de julho, a data em que chegaram os primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, e que fora instituída como feriado estadual em 1934.¹³ O discurso motivou a intervenção de diversos outros deputados, apoiando ou nuançando as afirmações do orador. Em São Leopoldo, o “berço da colonização alemã”, o jornal local referiu a data, mas os festejos foram – por

¹¹ Apud KUNERT, Augusto Ernesto. Aspectos da relação IECLB e Estado, em compreensão histórica e teológica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 22, n. 3, 1982, p. 229.

¹² Alguns desses debates foram publicados em pequenas brochuras: SOARES Jr., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súbditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948. BORN, Bruno. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.

¹³ BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em 25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1948.

assim dizer – disfarçados na inauguração muito festiva de uma agência do Banco Agrícola Mercantil, com uma longa história ligada à “colônia”.¹⁴

Mas em 1949 – quando se comemorariam os 125 anos da imigração alemã para o Rio Grande do Sul –, houve mobilização mais intensa para os festejos. Ainda que as referências à data não tivessem passado sem controvérsias, aconteceram festejos oficiais: além de autoridades locais, deputados estaduais e o próprio governador Walter Jobim marcaram presença em São Leopoldo.¹⁵

A partir dessa data, há registros sobre tentativas de rearticular associações de caráter étnico. Nesse ano, foi fundado um “Centro Cultural 25 de Julho”, que em junho de 1951 transformou-se em pessoa jurídica, com o registro de seus estatutos.¹⁶ Ainda que essa associação tivesse sua sede em Porto Alegre, e suas principais lideranças proviessem da capital e do vale do rio dos Sinos, a origem biconfessional dessas lideranças conferia à associação certa legitimidade frente ao conjunto da “colônia alemã”, tendo surgido dela uma “Federação dos Centros Culturais 25 de Julho”, a qual por longos anos serviu para articular atividades e publicações destinadas a cultivar a identidade alemã, e apresentar-se como uma forma de congregação da população – ainda que tivesse negado qualquer pretensão política, destacando sempre seu caráter exclusivamente cultural.

A persistência do clima de guerra

As tentativas de adaptação e de articulação por parte de setores da população de origem alemã não tiveram, necessariamente, uma correspondência no meio envolvente. Pelo contrário, setores muito importantes da população gaúcha continuaram a cultivar as mesmas prevenções do período da guerra, justificando as ações então levadas a efeito e defendendo a necessidade de continuar com a vigilância e o controle, para que as supostas maldades do passado não voltassem a ocorrer. Alguns exemplos ilustram essa situação.

¹⁴ Tanto em julho de 1947 quanto em 1948 as referências à imigração alemã foram mais explícitas em Novo Hamburgo.

¹⁵ WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004, p. 125-145.

¹⁶ *Brasil-Post*, São Paulo, 6 de julho de 1951, p. 6.

Tão logo Getúlio Vargas caiu, em outubro de 1945, integrantes do governo provisório então instalado no Rio Grande do Sul determinaram a abertura de investigações para apurar possíveis excessos cometidos por policiais contra “súditos do Eixo”, durante a guerra. Após quase dois anos de investigação, o procurador-geral do estado, João Bonumá, encaminhou, em setembro de 1947, processo que acusava 52 policiais de terem praticado graves crimes. A lista era encabeçada por aquele que fora chefe de polícia no período mais crítico do Estado Novo (1938-1943), Aurélio da Silva Py, e os demais nomes eram de autoridades subordinadas a ele.

Segundo noticiou a imprensa, a partir do dia 10 de setembro, o processo era composto por 11 volumes, num peso total de 12 quilos. Em 74 páginas, estavam detalhadas as graves acusações que pesavam contra cada um dos policiais arrolados.¹⁷ Nos restantes 20 dias do mês de setembro de 1947, a imprensa trouxe extenso noticiário sobre o caso, demonstrando a agitação que desencadeou. Mas no dia 1º de outubro os jornais noticiaram que o juiz-relator da matéria apresentara no dia anterior seu relatório. Nele, o desembargador João Soares se absteve de entrar no mérito das acusações, “limitando-se a apreciar a competência do Tribunal para o julgamento do processo, e concluindo por declarar incompetente a justiça estadual, motivo pelo qual deixa de receber a denúncia”.¹⁸

Os atos policiais em questão teriam sido praticados como parte das “medidas relacionadas com o estado de beligerância, os quais, pela sua qualificação, escapam à configuração penal comum, enquadrando-se nas definições dos crimes militares”, motivo pelo qual a justiça militar deveria ser acionada.¹⁹ O procurador João Bonumá, no entanto, rebateu esse veredicto com o argumento de que os atos criminosos atribuídos aos policiais não tinham nada a ver com ações destinadas a cumprir as medidas decorrentes do estado de beligerância, mas eram crimes comuns, de caráter doloso e culposos, recorrendo, por isso, ao pleno do Tribunal: “Crimes da magnitude dos que a denúncia relata não podem ficar impunes por não haver no país juízes competentes para seu processo e julgamento. Se a lei os capitula como infrações penais, alguém há de ter competência para julgá-los”.²⁰

Reunido o pleno do Tribunal, em 13 de outubro, dois dos 11 desembargadores que o compunham se declararam impedidos, por razões pessoais. Dos nove restantes,

¹⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1947, p. 16.

¹⁸ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de outubro de 1947, p. 12.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1947, p. 18.

três votaram pelo acolhimento da denúncia, mas a maioria acompanhou o relator, declarando que a instância que representavam não era competente para o caso.²¹ Com isso, o processo foi arquivado, no depósito do Palácio da Justiça. Misteriosamente, algum tempo depois, o prédio foi destruído por um incêndio. O mistério em torno desse incêndio aumentou, quando o próprio Palácio da Polícia, onde se encontrava a maioria dos documentos comprobatórios que tinham servido para o procurador montar seu processo de acusação também foi consumido por um incêndio. Com isso, tornou-se praticamente impossível levar os policiais acusados a um julgamento perante qualquer instância. O episódio mostra o poder que as autoridades policiais acusadas de praticar desmandos contra as populações de origem alemã e italiana continuavam a ter, e as dificuldades para que estas recebessem alguma satisfação por parte do Estado pelos danos que lhes haviam sido causados.²²

O fracasso dessa tentativa de responsabilizar policiais pelos atos praticados durante a guerra, aparentemente, deu-lhes a impressão de que a impunidade estava garantida. Mesmo que não haja registros da continuidade de agressões pessoais, os bens dos “súditos do Eixo”, confiscados durante a guerra, ainda não haviam sido devolvidos – como mostra discurso do deputado Alcides Flores Soares Jr., na Assembleia Legislativa, em 18 de maio de 1948 –, e continuavam sendo administrados por agentes de Estado.²³ Mesmo que essa administração tivesse sido regulamentada, ao menos um integrante da polícia gaúcha, famigerado pelas perseguições de que fora acusado no período anterior e um dos mais destacados indiciados no processo do procurador João Bonumá, continuava “administrando” bens, de forma irregular. Tratava-se de Ernani Baumann.

Durante a guerra, havia sido confiscada a “Società Italiana Vittorio Emanuele II di Mutuo Soccorso”. Depois da guerra, Baumann continuou recebendo os valores de alugueis de dois cidadãos que ocupavam o imóvel. Mesmo que não esteja claro sob que condições esses cidadãos ocupavam o imóvel, até então, em 1947 Baumann lhes propôs e assinou um contrato de locação, continuando a receber os respectivos valores, para, em 1950, assinar um contrato de venda com os mesmos, com fornecimento posterior de escritura, mediante apresentação de documentação falsificada.

²¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14 de outubro de 1947, p. 14. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de outubro de 1947, p. 16.

²² Isso não significa que muitas pessoas materialmente prejudicadas, sobretudo pelos atos de depredação de suas propriedades, em agosto de 1942, não tivessem recorrido ao poder judiciário, contra o estado, e obtido vitórias, a partir do início da década de 1950.

²³ SOARES Jr., *Liberação imediata dos bens dos súditos do Eixo*.

Descoberta, neste mesmo ano, a fraude, foi aberto processo contra o referido policial. Alguns documentos desse extenso processo (718 folhas) indicam que esse policial não agira sozinho, mas os outros possíveis envolvidos conseguiram desvencilhar-se das acusações, de forma que o único condenado foi ele. Poucos dias após a condenação, em meados de 1953, Baumann morreu e, por consequência, a punibilidade foi extinta.²⁴

Pode ter sido pura coincidência, mas notícias sobre os festejos do “25 de julho”, neste ano de 1953, indicam que, no mesmo momento em que um dos mais famigerados perseguidores do tempo da guerra foi punido, eles atingiram o mais alto grau, desde o final da guerra – mesmo que em alguns lugares ainda tivessem sido levados a efeito com extremo cuidado.²⁵ No geral, porém, a data foi lembrada na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa gaúcha e em muitas câmaras de vereadores, algumas das quais decretaram o dia como feriado. O pastor Arbert Bantel chegou a publicar uma “apreciação crítica” sobre esses festejos, afirmando que, em alguns lugares, eles haviam extrapolado os limites, chegando a lembrar excessos cometidos antes da guerra, e que haviam servido de justificativa às perseguições que seguiram. Em alguns discursos pronunciados nas festas, a tônica teria sido a autoglorificação – que não contribuiria em nada para uma distensão do clima.²⁶

Um último acontecimento dos festejos de 1953 reflete sua intensidade: a conclusão do processo de restauração do monumento ao imigrante em São Leopoldo, que havia sido depredado durante uma manifestação, em 1942, com a recolocação da inscrição em alemão “*Unsern Vätern zum Gedächtnis*” – “À memória de nossos antepassados”. Esse mesmo episódio, porém, dá conta das dificuldades antepostas às tentativas de normalização da inserção da população de origem alemã na sociedade gaúcha, e do resgate de seus símbolos. A defesa da restauração do monumento começara logo depois da guerra, e desde 1947 havia sido aprovada uma verba na Assembleia Legislativa para esse fim, mas a execução foi muito morosa, sobretudo, a concordância em recolocar os dizeres em alemão.²⁷ Isso mostra que a normalização da situação enfrentava resistências não desprezíveis.

²⁴ TJRS – Arquivo Centralizado, processo A13485309.

²⁵ Nesse sentido, noticiou-se que não foi pronunciada uma única palavra em alemão na inauguração festiva da nova igreja luterana em Santa Rosa, pois estiveram presentes muitas autoridades de diferentes níveis que não falavam alemão, e a utilização dessa língua poderia ter causado constrangimento (*Brasil-Post*, São Paulo, 1º de agosto de 1953, p. 20).

²⁶ *Brasil-Post*, São Paulo, 12 de setembro de 1953, p. 1.

²⁷ *Brasil-Post*, São Paulo, 15 de agosto de 1953, p. 6.

O epílogo

Ainda que a situação tenha sido diferente de lugar para lugar, pode-se dizer que o clima de constrangimento perdurou, em certo grau, até 1974. Nos anos anteriores, os descendentes de alemães costumavam ser classificados como “alemão batata” – expressão encontrável com grande frequência nas referências às populações das “colônias alemãs”, muitas vezes apimentada com referências a um provável estabelecimento de considerável número de nazistas fugidos da Alemanha, no interior do estado.²⁸ Claro que a guerra fria, com a Alemanha Ocidental aparecendo como baluarte na defesa contra o comunismo, mais seu sucesso econômico constituíram um antídoto – ao menos parcial – para os pruridos contra os “alemães” aqui no Brasil.

Esse processo de melhoria do clima atingiu seu auge no citado ano, quando um descendente de alemães de tradição religiosa luterana assumiu a presidência da República (Ernesto Geisel). Simultaneamente, um descendente de italianos era governador do Rio Grande do Sul, e dessa constelação resultou a decretação oficial do “biênio da imigração e colonização”, para festejar os 150 anos da colonização alemã (1974) e os 100 anos da imigração italiana (1975).²⁹ Mesmo que não se tenha instrumentos para medi-la, certamente a autoestima da referida população foi reforçada com esse reconhecimento oficial. A intensificação das festas étnicas e do cultivo de símbolos de uma identidade alemã por parte de algumas comunidades – mesmo que com fins turísticos – refletem essa tendência.

Mesmo que referências desabonadoras nunca tenham deixado de circular, aconteceu nova onda mais intensa no contexto da redemocratização do país, com a promulgação da Constituição de 1988. Nesse momento, aconteceram dois episódios que marcaram de forma profunda esse processo: o surgimento da Editora Revisão, de Siegfried Ellwanger Castan, e o movimento separatista, de Irton Marx. O nível em que esteve arraigada a convicção de que esses dois episódios demonstravam a continuidade das maldades historicamente praticadas pela população de origem alemã, já antes e

²⁸ GERTZ, *O perigo alemão*, p. 78-84.

²⁹ ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (dissertação de mestrado em História).

durante a Segunda Guerra Mundial, fica evidenciada não só pelas manifestações do senso comum, mas até em trabalhos acadêmicos.

Numa dissertação de mestrado defendida em 1997, sobre a Editora Revisão, pode ler-se que “os objetivos deste estudo são dois: primeiro situar a Editora Revisão em seu contexto histórico cultural. É importante salientar que o proprietário da editora, Siegfried Ellwanger Castan, é um descendente de alemães, sendo, portanto, necessário incluir a análise da presença de colônias alemãs no sul do Brasil”.³⁰

E, numa outra dissertação originalmente concluída em 2003 sobre o separatismo de Irton Marx, está escrito: “considerando que grande parte do estado do Rio Grande do Sul foi colonizada por alemães e que há notícias de que militantes do Movimento Separatista Sulino contemporâneo demonstram sua simpatia por princípios nazistas, é possível configurar a influência do nazismo-germanismo no movimento”.³¹ Ambos os casos demonstram a convicção – entre analistas acadêmicos – sobre uma recaída significativa no nazismo por parte dos descendentes de alemães, no Rio Grande do Sul. Pode-se imaginar que essa convicção tenha sido ainda muito maior no senso comum.

E essa situação se agravou quando, no decorrer da primeira década do século XXI, aconteceram episódios inicialmente qualificados de “*skinheads*”, mas que, muito logo, passaram a ser etiquetados de “neonazistas”. Com isso – mesmo não havendo guerra e o país vivendo no Estado Democrático de Direito –, os fantasmas da Segunda Guerra retornaram em sua plenitude. A opinião pública, a imprensa, analistas acadêmicos, todos eles têm uma resposta inequívoca para este fenômeno – os culpados são os “alemães” do “sul” do Brasil. A nova situação é tão grave que agentes de Estado estão proclamando essa convicção de forma pública, tendo alguns deles chegado a tomar medidas concretas de “desneonazificação” do “conjunto dos concidadãos” de origem alemã, de certas regiões do estado.³² Com isso, nos encontramos, praticamente, na estaca zero, naquilo que tange aos esforços para desmontar as desconfianças em relação a essa população – desconfianças que possuem raízes profundas, pois seus inícios mais evidentes localizam-se na fundação do Império Alemão, em 1871, quando começaram a circular os alertas sobre um “perigo alemão”, os quais ganharam força durante a Primeira Guerra Mundial, retornaram com mais virulência durante a Segunda,

³⁰ CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Rio de Janeiro: UFF, 1997 (dissertação de mestrado em História), p. 66.

³¹ LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 49.

³² GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

e, desde então, nunca mais desapareceram de todo, para mostrar sua vitalidade em pleno século XXI.

Referências

BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

BECKER, R. Zum Thema Kirche und Politik. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 2, p. 41-59, 1948.

BEHS, Edelberto. *O processo de abasileiramento da “Igreja dos alemães”*. Florianópolis: UFSC, 2001 (dissertação de mestrado em História).

BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em 25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1948.

BORN, Bruno. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.

Brasil-Post, São Paulo, 6 de julho de 1951, p. 6; 1º de agosto de 1953, p. 20; 15 de agosto de 1953, p. 6; 12 de setembro de 1953, p. 1.

Correio do Povo, Porto Alegre, 14 de outubro de 1947, p. 16.

CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Rio de Janeiro: UFF, 1997 (dissertação de mestrado em História).

Diário de Notícias, Porto Alegre, 10 de setembro de 1947, p. 16; 1º de outubro de 1947, p. 12; 5 de outubro de 1947, p. 18; 14 de outubro de 1947, p. 14.

DREHER, Martin N. Luteranismo e participação política. In: DREHER, Martin N. (org.). *Reflexões em torno de Lutero* (vol. II). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, p. 121-132.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003.

FROTSCHER, Méri. Memórias de guerra y del nazismo en dos generaciones de descendientes de alemanes repatriados a Brasil. *Historia, Voces e Memoria*, Buenos Aires, n. 3, p. 49-78, 2011.

FROTSCHER, Méri. De alemães no exterior a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 81-96, 2013.

FÜLLING, Erich. Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 2, p. 91-96, 1949.

FÜLLING, Erich. O desenvolvimento interno da Igreja Evangélica no Brasil (Sínodo Riograndense), após a Segunda Guerra Mundial, 1945-1948. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, vol. 14, n. 2, p. 29-35, 1974.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 9-33, 2001.

GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. V, Edição especial, p. 213-228, 2013.

KUNERT, Augusto Ernesto. Aspectos da relação IECLB e Estado, em compreensão histórica e teológica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 215-242, 1982.

LOHBAUER, Christian. *Brasil – Alemanha 1964-1999: fases de uma parceria*. São Paulo: EDUSP, 2000.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento*. Porto Alegre: UFRGS, 2011 (tese de doutorado em História).

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013 (tese de doutorado em História).

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 2001.

REUSCH, Gustav. Was hat die Kirche in Ausrichtung ihrer Botschaft dem Staat zu sagen? *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 1, p. 4-19, 1951.

RINKE, Stefan. “O continente ainda inexplorado”: A República Federal Alemã na era Adenauer e a América Latina em um contexto global. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 71-80, 2013.

ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (dissertação de mestrado em História).

SOARES Jr., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súbditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

TAVARES, A. de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Emp. Gráfica Delattre, s. d.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.